

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	86
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.359.113
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.359.113</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	16.681.590	16.431.817
1.01	Ativo Circulante	4.176.948	4.854.910
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	178.369	426.074
1.01.02	Aplicações Financeiras	448.401	327.680
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	409.167	325.726
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	409.167	325.726
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39.234	1.954
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	39.234	1.954
1.01.03	Contas a Receber	2.542.750	2.565.153
1.01.03.01	Clientes	2.542.750	2.565.153
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	2.419.681	2.414.864
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	123.069	150.289
1.01.04	Estoques	39.204	39.799
1.01.06	Tributos a Recuperar	495.524	463.510
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	495.524	463.510
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	336.322	308.520
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	159.202	154.990
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	472.700	1.032.694
1.01.08.03	Outros	472.700	1.032.694
1.01.08.03.02	Contribuição de Iluminação Pública	176.513	148.646
1.01.08.03.03	Subvenção Desconto TUSD	73.345	63.751
1.01.08.03.04	Subvenção Baixa Renda	40.759	36.261
1.01.08.03.07	Ativos Financeiros da Concessão	0	397.725
1.01.08.03.08	Outros Créditos com a Eletrobrás	901	90.065
1.01.08.03.20	Outros	181.182	296.246
1.02	Ativo Não Circulante	12.504.642	11.576.907
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.267.752	2.599.270
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	14.876	14.678
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	14.876	14.678
1.02.01.03	Contas a Receber	162.587	134.516
1.02.01.03.01	Clientes	162.587	134.516
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.247.913	1.002.236
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.247.913	1.002.236
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.842.376	1.447.840
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	133.732	122.855
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.151.792	1.071.535
1.02.01.09.05	Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	372.069	216.107
1.02.01.09.20	Outros Créditos	184.783	37.343
1.02.04	Intangível	9.236.890	8.977.637
1.02.04.01	Intangíveis	9.236.890	8.977.637
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.253.515	7.537.906
1.02.04.01.02	Intangível em Curso	983.375	1.439.731

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	16.681.590	16.431.817
2.01	Passivo Circulante	6.406.435	4.819.225
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	164.888	149.928
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	164.888	149.928
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	164.888	149.928
2.01.02	Fornecedores	1.420.409	1.049.363
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.420.409	1.049.363
2.01.03	Obrigações Fiscais	854.781	537.856
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	100.886	104.981
2.01.03.01.02	COFINS	64.878	63.626
2.01.03.01.03	PIS-PASEP	13.939	13.786
2.01.03.01.04	INSS	13.502	16.733
2.01.03.01.05	Outros	8.567	10.836
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	749.036	426.984
2.01.03.02.01	ICMS	749.036	426.984
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.859	5.891
2.01.03.03.01	ISSQN	4.859	5.891
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.262.350	1.509.541
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	513.124	319.472
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	510.103	318.074
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.021	1.398
2.01.04.02	Debêntures	1.749.226	1.190.069
2.01.05	Outras Obrigações	1.704.007	1.572.537
2.01.05.02	Outros	1.704.007	1.572.537
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	258.434	308.049
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	19.158	10.170
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	160.838	142.347
2.01.05.02.08	Contribuição de Iluminação Pública	292.526	273.668
2.01.05.02.09	Passivos Financeiros da Concessão	704.418	481.835
2.01.05.02.20	Outras	268.633	356.468
2.02	Passivo Não Circulante	8.313.980	9.112.725
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.942.170	4.688.710
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	800.524	1.192.048
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	780.355	1.170.397
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.169	21.651
2.02.01.02	Debêntures	3.141.646	3.496.662
2.02.02	Outras Obrigações	3.904.538	4.076.501
2.02.02.02	Outros	3.904.538	4.076.501
2.02.02.02.03	Encargos Regulatórios	391.281	321.033
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	612.622	614.569
2.02.02.02.05	Passivos Financeiros da Concessão	0	323.140
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	2.867.448	2.795.139
2.02.02.02.20	Outras	33.187	22.620
2.02.04	Provisões	467.272	347.514
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	448.393	319.942
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.137	3.674

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	391.560	266.119
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	51.696	50.149
2.02.04.02	Outras Provisões	18.879	27.572
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2	0
2.02.04.02.04	Provisões Processos Administrativos da ANEEL	11.869	21.435
2.02.04.02.05	Outras	7.008	6.137
2.03	Patrimônio Líquido	1.961.175	2.499.867
2.03.01	Capital Social Realizado	2.771.998	2.361.998
2.03.02	Reservas de Capital	0	410.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	410.000
2.03.04	Reservas de Lucros	509.810	509.810
2.03.04.01	Reserva Legal	224.986	224.986
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	276.741	276.741
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.083	8.083
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-538.692	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-781.941	-781.941

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.661.945	8.281.711	2.811.377	8.000.957
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.829.904	-7.840.474	-2.358.704	-6.914.733
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.662.921	-4.717.386	-1.362.092	-3.857.716
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-346.837	-661.101	-168.574	-605.478
3.02.03	Pessoal e Administradores	-198.410	-700.889	-210.628	-683.849
3.02.04	Materiais	-9.728	-22.076	-7.044	-19.019
3.02.05	Serviços de Terceiros	-171.092	-468.067	-135.507	-425.587
3.02.06	Amortização	-117.859	-361.465	-118.182	-349.545
3.02.07	Provisões Operacionais	-20.604	-172.882	-26.010	-88.242
3.02.08	Custo de Construção	-284.184	-705.296	-321.021	-854.060
3.02.09	Outras	-18.269	-31.312	-9.646	-31.237
3.03	Resultado Bruto	-167.959	441.237	452.673	1.086.224
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-262.991	-911.846	-372.440	-972.234
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.961	-174.726	-108.418	-282.310
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90.252	-364.695	-123.024	-346.332
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-138.778	-372.425	-140.998	-343.592
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-430.950	-470.609	80.233	113.990
3.06	Resultado Financeiro	-85.654	-313.760	-122.900	-249.820
3.06.01	Receitas Financeiras	97.300	302.727	168.598	597.394
3.06.02	Despesas Financeiras	-182.954	-616.487	-291.498	-847.214
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-516.604	-784.369	-42.667	-135.830
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	169.007	245.677	7.965	23.223
3.08.01	Corrente	61.188	0	0	0
3.08.02	Diferido	107.819	245.677	7.965	23.223
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-347.597	-538.692	-34.702	-112.607
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-347.597	-538.692	-34.702	-112.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.99.01.01	ON	-0,14730	-0,22830	-0,01470	-0,04770
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,14730	-0,22830	-0,01470	-0,04770

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-347.597	-538.692	-34.702	-112.607
4.03	Resultado Abrangente do Período	-347.597	-538.692	-34.702	-112.607

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	729.380	875.739
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.105.537	2.237.433
6.01.01.01	Resultado do Período	-538.692	-112.607
6.01.01.02	Amortização	400.754	367.753
6.01.01.03	Baixas Líquidas de Intangível	9.131	24.696
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	486.144	444.489
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	-245.677	-23.223
6.01.01.07	Obrigação Pós-emprego	236.812	228.719
6.01.01.08	Provisões para perdas Operacionais	347.608	370.553
6.01.01.10	Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" (CVA) e Outro	-148.216	937.053
6.01.01.11	Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	557.673	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	58.489	-509.817
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-211.702	-190.867
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	-15.089	-23.573
6.01.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	-27.802	-25.521
6.01.02.04	Transporte de Energia	31.308	-25.667
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-53.140	-22.102
6.01.02.07	Fornecedores	371.046	-278.551
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-242.695	-105.018
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	124.088	0
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	14.960	44.277
6.01.02.11	Encargos do Consumidor a Recolher	20.633	-48.158
6.01.02.12	Reembolso Subsídio Tarifário	-9.594	7.944
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-146.012	-124.650
6.01.02.15	Outros	-97.855	-54.256
6.01.02.18	Subvenção Baixa Renda	-4.498	-4.934
6.01.02.19	Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" (CVA) e Outro	304.841	341.259
6.01.03	Outros	-434.646	-851.877
6.01.03.01	Juros Pagos	-310.558	-851.877
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Pagos	-124.088	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-771.278	-890.691
6.02.01	Em Intangível	-650.359	-737.319
6.02.02	Em Fundos Vinculados	0	-3
6.02.03	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-120.919	-153.369
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-205.807	562.750
6.03.01	Financiamentos Obtidos	0	2.249.633
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-205.807	-2.009.581
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	-87.302
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	410.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-247.705	547.798
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	426.074	318.834
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	178.369	866.632

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.361.998	410.000	509.810	0	-781.941	2.499.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.361.998	410.000	509.810	0	-781.941	2.499.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	410.000	-410.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	410.000	-410.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-538.692	0	-538.692
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-538.692	0	-538.692
5.07	Saldos Finais	2.771.998	0	509.810	-538.692	-781.941	1.961.175

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.361.998	0	735.957	0	-402.107	2.695.848
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.361.998	0	735.957	0	-402.107	2.695.848
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	410.000	97.803	0	0	507.803
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	410.000	0	0	0	410.000
5.04.09	Parcela dos Dividendos que não será distribuída - Reversão de Provisão	0	0	97.803	0	0	97.803
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-112.607	0	-112.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-112.607	0	-112.607
5.07	Saldos Finais	2.361.998	410.000	833.760	-112.607	-402.107	3.091.044

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	14.877.807	14.296.333
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.343.480	13.715.161
7.01.02	Outras Receitas	3.757	9.422
7.01.02.01	Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeira indenizável da concessão	2.278	6.638
7.01.02.02	Outras Receitas	1.479	2.784
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	705.296	854.060
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-174.726	-282.310
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.459.845	-6.429.196
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.918.877	-4.909.660
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.186.595	-1.185.703
7.02.04	Outros	-354.373	-333.833
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-354.373	-333.833
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.417.962	7.867.137
7.04	Retenções	-400.754	-367.753
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-400.754	-367.753
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.017.208	7.499.384
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	302.727	597.394
7.06.02	Receitas Financeiras	302.727	597.394
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.319.935	8.096.778
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.319.935	8.096.778
7.08.01	Pessoal	1.041.280	974.983
7.08.01.01	Remuneração Direta	558.450	608.733
7.08.01.02	Benefícios	282.666	255.911
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.589	45.978
7.08.01.04	Outros	147.575	64.361
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento de Empregados	147.575	64.361
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.088.811	6.221.575
7.08.02.01	Federais	2.280.905	2.931.992
7.08.02.02	Estaduais	3.804.362	3.286.138
7.08.02.03	Municipais	3.544	3.445
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	728.536	1.012.827
7.08.03.01	Juros	671.423	963.955
7.08.03.02	Aluguéis	57.113	48.872
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-538.692	-112.607
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-538.692	-112.607

## Comentário do Desempenho



## DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

## Resultado do Período

A Cemig D apresentou, no período de janeiro a setembro de 2017, um prejuízo de R\$538.692 em comparação ao prejuízo de R\$112.607 no mesmo período de 2016.

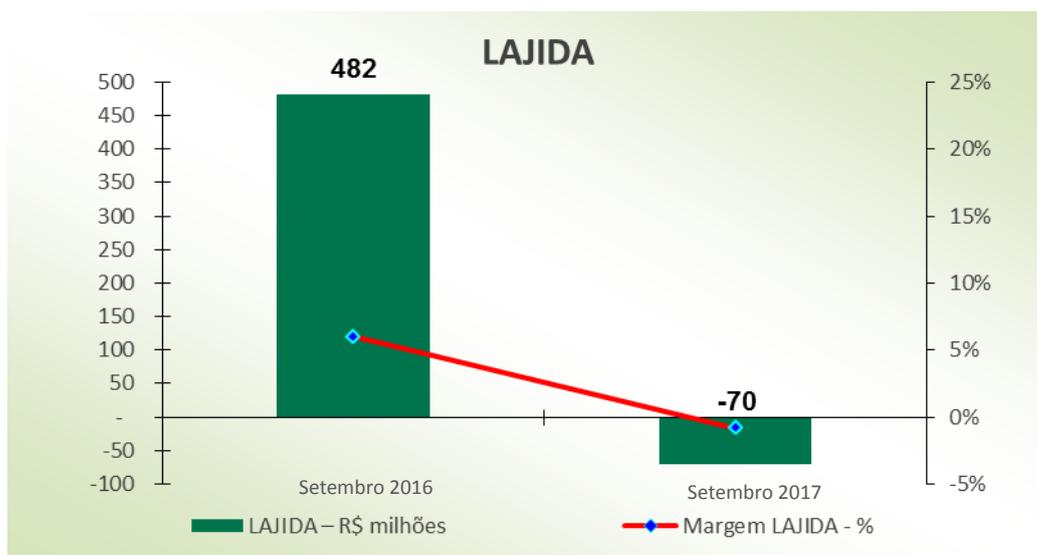
Destaca-se que em outubro de 2017 a Cemig aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, totalizando um montante estimado de R\$557.673, que será atualizado até a data do efetivo pagamento, a ser realizado em 6 parcelas iguais e sucessivas, a partir de 31 de outubro de 2017. Esse valor foi reconhecido no resultado do 3º trimestre de 2017, sendo R\$532.455 registrado como deduções à receita e R\$25.218 registrado como despesa (operacional e financeira).

As principais variações na comparação dos resultados dos períodos de janeiro a setembro de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

**Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)**

O LAJIDA da Cemig D apresentou uma redução de 114,50% no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado	Var. %
Resultado do período	(538.692)	(112.607)	378,38
+ Despesa de IR e contribuição social	(245.677)	(23.223)	957,90
+ Resultado financeiro líquido	313.760	249.820	25,59
+ Amortização	400.754	367.753	8,97
= LAJIDA	<b>(69.855)</b>	<b>481.743</b>	<b>(114,50)</b>



## Comentário do Desempenho



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro (prejuízo) líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,02%, no período de janeiro a setembro de 2016 para 0,85% negativos no mesmo período de 2017.

### ***Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)***

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$12.068.941, no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$12.427.357, no mesmo período de 2016, representando uma redução de 2,88%. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a setembro de 2017, decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- Redução das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$258.060 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$342.789 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos valores da bandeira vermelha nos períodos comparados;
- redução de 3,52% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	30/09/2017	30/09/2016	Var %
Residencial	7.489.980	7.406.095	1,13
Industrial	1.946.887	2.474.091	(21,31)
Comércio, serviços e outros	3.939.526	4.300.955	(8,40)
Rural	2.769.082	2.699.294	2,59
Poder Público	644.621	659.997	(2,33)
Iluminação pública	1.030.199	1.012.312	1,77
Serviço público	977.757	930.708	5,06
<b>Total</b>	<b>18.798.052</b>	<b>19.483.452</b>	<b>(3,52)</b>

## Comentário do Desempenho



Destaca-se a redução de 21,31% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

### Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a setembro de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.254.063, comparada a R\$1.373.726 no mesmo período de 2016, o que representou uma redução de 8,71%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no Reajuste Tarifário Anual de 2017, aplicada a partir de 28 de maio de 2017.

### CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No período de janeiro a setembro de 2017 foram reconhecidos valores a serem repassados no montante de R\$148.216, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$937.053 no mesmo período de 2016.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no período de janeiro a setembro de 2017 em função do baixo nível dos reservatórios, com uma maior diferença entre os valores gastos em relação aos custos reconhecidos na tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 11 das informações contábeis intermediárias.

### Receita de construção

As receitas de construção de infraestrutura de distribuição foram de R\$705.296, período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$854.060, no mesmo período de 2016, uma redução de 17,42%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos vinculados à concessão.

## Comentário do Desempenho



### Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita do período de janeiro a setembro de 2017 foram de R\$6.769.342, comparados a R\$6.574.902 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 2,96%.

A Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre de 2017 de R\$532.455 na despesa com ICMS.

### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A Conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.290.737 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$1.573.901 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve uma redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$258.060 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$342.789 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos valores da bandeira vermelha nos períodos comparados.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$8.752.320 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$7.886.967 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 10,97%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser vistas na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias.

## Comentário do Desempenho



### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.717.386 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$3.857.716 no mesmo período de 2016, um aumento de 22,28%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$1.024.231 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$439.151 no mesmo período de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017 decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas. Dessa forma, ocorreu uma maior operação das usinas termelétricas, com o aumento nos gastos sendo custeado principalmente pelas distribuidoras de energia elétrica, em conformidade ao atual modelo regulatório no Brasil.

Além disso, houve um aumento nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.227.230 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$1.898.796 no mesmo período de 2016, em função de novos contratos de compra de energia em ambiente regulado realizados no período de janeiro a setembro de 2017.

### Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$661.101 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$605.478 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 9,19%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$877.192 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$852.103 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 2,94%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;

## Comentário do Desempenho



- reconhecimento, no período de janeiro a setembro de 2017, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$147.575 em comparação ao valor de R\$64.361 no mesmo período de 2016.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 14,47% no número médio de empregados, sendo 5.000 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 5.846 no mesmo período de 2016.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$347.608 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$370.553 no mesmo período de 2016.

Ocorreu uma redução das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$174.726 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$282.310 no mesmo período de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa em 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$159.753 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$54.072 no mesmo período de 2016. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 18.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido, período de janeiro a setembro de 2017, foi uma despesa financeira líquida de R\$313.760, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$249.820 no mesmo período de 2016. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$116.634 nos encargos de empréstimos e financiamentos em função, principalmente, da redução do CD, principal indexador da dívida, que foi de 8,03% de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 10,42% no mesmo período de 2016;
- Redução de R\$43.507 nas rendas de aplicação financeira em função, principalmente, do menor volume de recursos aplicados;
- Redução de R\$27.807 nos encargos de variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,78% no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação à variação de 5,51% no mesmo período de 2016;

## Comentário do Desempenho



- Redução de R\$110.989 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos, também em função da redução na variação do IPCA, conforme mencionado no item anterior;
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$206.967 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$40.086 no mesmo período de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de setembro de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide mais informações na nota explicativa nº 11.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A Cemig D apurou, no período de janeiro a setembro de 2017, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$245.677 em relação ao Prejuízo antes dos impostos de R\$784.369, representando um percentual de 31,32%.

No período de janeiro a setembro de 2016, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$23.223 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$135.830, representando um percentual de 17,10%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 destas informações contábeis intermediárias.

## Comentário do Desempenho



### Resultado do Trimestre

A Cemig D apresentou, no terceiro trimestre de 2017, prejuízo de R\$347.597 em comparação ao prejuízo de R\$34.702 no terceiro trimestre de 2016.

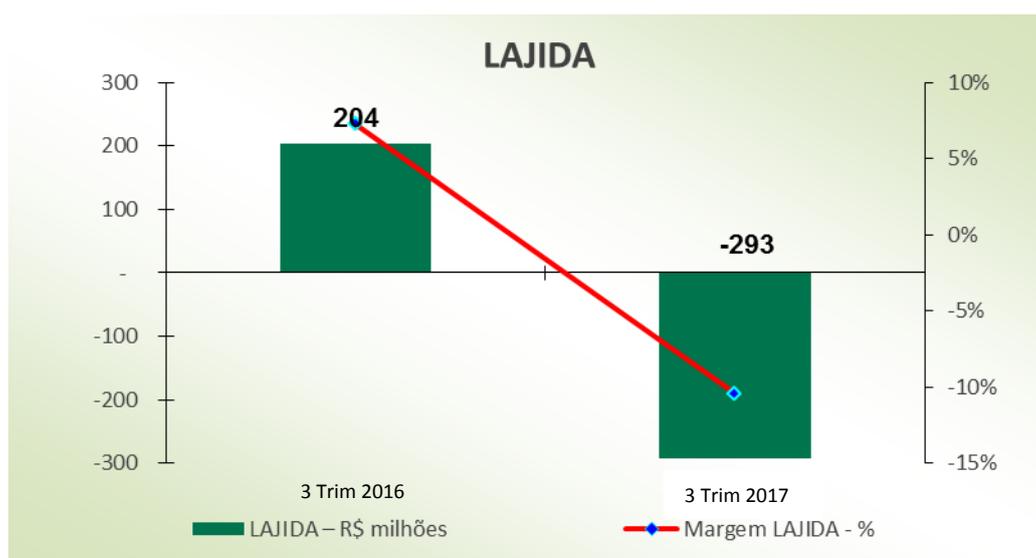
Destaca-se que em outubro de 2017 a Cemig aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, totalizando um montante estimado de R\$ 556.589, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, a ser realizado em 6 parcelas iguais e sucessivas, a partir de 31 de outubro de 2017. O efeito líquido registrado no resultado do 3º trimestre de 2017 foi de R\$557.763, sendo R\$532.455 registrado como deduções à receita e R\$25.218 registrado como despesa (operacional e financeira).

As principais variações na comparação dos resultados dos terceiros trimestres de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

### *Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)*

O LAJIDA da Cemig D apresentou uma redução no terceiro trimestre de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2017	Terceiro Trim/2016 Reapresentado
Resultado do período	(347.597)	(34.702)
+ Despesa de IR e contribuição social	(169.007)	(7.965)
+ Resultado financeiro líquido	85.654	122.900
+ Amortização	137.703	123.898
<b>= LAJIDA</b>	<b>(293.247)</b>	<b>204.131</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro (prejuízo) líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do

## Comentário do Desempenho



imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

### ***Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)***

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.884.786 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a R\$4.032.427, no terceiro trimestre de 2016, representando uma redução de 3,66%. Os principais impactos na receita, no terceiro trimestre de 2017, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- redução de 2,04% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2017	Terceiro Trim/2016	Var %
Residencial	2.456.908	2.389.353	2,83
Industrial	649.318	790.972	(17,91)
Comércio, serviços e outros	1.207.847	1.303.251	(7,32)
Rural	1.020.557	1.015.555	0,13
Poder público	207.967	208.314	(0,17)
Iluminação pública	354.299	338.892	4,55
Serviço público	338.415	318.605	6,22
<b>Total</b>	<b>6.235.311</b>	<b>6.364.942</b>	<b>(2,04)</b>

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 17,91% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

### **Receita de uso da rede – consumidores livres**

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$339.409, comparada a R\$520.860 no mesmo período de 2016, o que representou uma redução de 34,84%. Essa variação

## Comentário do Desempenho



decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada a partir de 28 de maio de 2017.

### **CVA e outros componentes financeiros**

A Companhia reconhece em suas Informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No terceiro trimestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem repassados à Companhia no próximo reajuste tarifário no montante de R\$480.112, em comparação a valores a serem ressarcidos ao consumidor no montante de R\$273.498 no mesmo período de 2016.

Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no terceiro trimestre de 2017, com uma maior diferença entre os valores gastos em relação aos custos reconhecidos na tarifa

Vide mais informações na nota explicativa nº 11 das informações contábeis intermediárias.

### **Receita de construção**

As receitas de construção de infraestrutura de distribuição foram de R\$284.184, no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$321.021, no terceiro trimestre de 2016, uma redução de 11,47%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no terceiro trimestre de 2017 foram de R\$2.626.444, comparados a R\$2.068.406 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 26,98%.

A Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre de 2017 de R\$532.455 na despesa com ICMS.

### **Conta de desenvolvimento energético (CDE)**

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à

## Comentário do Desempenho



CDE foram de R\$462.939, no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$566.142, do terceiro trimestre de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve um aumento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo despesa de R\$101.625 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a uma reversão de R\$429 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se à alteração na bandeira tarifária, que foi amarela no mês de julho e vermelha no mês de agosto de 2017, em comparação à bandeira verde no terceiro trimestre de 2016, o que implicou no maior recebimento de valores no terceiro trimestre de 2017.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.092.895 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$2.731.144 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 13,25%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias.

### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.662.921 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$1.362.092 no terceiro trimestre de 2016, um aumento de 22,09%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$336.398 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$191.655 no terceiro trimestre de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017 decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas. Dessa forma, ocorreu uma maior operação das usinas termelétricas, com o aumento nos gastos sendo custeado principalmente pelas

## Comentário do Desempenho



distribuidoras de energia elétrica, em conformidade ao atual modelo regulatório no Brasil.

Além disso, houve um aumento nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$835.259 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$672.294 no terceiro trimestre de 2016, em função de novos contratos de compra de energia em ambiente regulado realizados em 2017.

### Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$346.837 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$168.574 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 105,75%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

### Despesa com pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$233.255 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$264.207 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 11,72%. Essa variação decorre, principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2017, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$24.131.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 24,92% no número médio de empregados, sendo 4.264 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 5.679 no terceiro trimestre de 2016.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$54.565 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$134.429 no terceiro trimestre de 2016.

Destaca-se a redução da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, que foi de R\$33.961 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a uma provisão de

## Comentário do Desempenho



R\$108.418 no terceiro trimestre de 2016. Esta redução decorre, principalmente, em função do aumento das ações da empresa em 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido, no terceiro trimestre de 2017, foi uma despesa financeira líquida de R\$85.654, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$122.900 no mesmo período de 2016. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de R\$24.671 nas rendas de aplicação financeira em função, principalmente, do menor volume de recursos aplicados.
- redução de R\$65.226 nos encargos de empréstimos e financiamentos em função da menor variação do CDI, principal indexador da dívida da Companhia, que foi de 2,29% no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 3,47% no mesmo período de 2016;
- redução de R\$28.401 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos, em função da redução na variação do IPCA, que foi de 0,59% no terceiro trimestre de 2017 em comparação à variação de 1,04% no terceiro trimestre de 2016.
- receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$19.403 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$12.006 no terceiro trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de setembro de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 destas informações contábeis intermediárias.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Cemig D apurou, no terceiro trimestre de 2017, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$169.007 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$516.604, representando um percentual de 32,59%.

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$7.965 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$42.667, representando um percentual de 18,67%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 destas informações contábeis intermediárias.

\*\*\*\*\*

**Notas Explicativas****SUMÁRIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	17
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	18
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	18
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	20
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS .....	21
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	21
12. INTANGÍVEL .....	24
13. FORNECEDORES .....	26
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	26
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	27
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	30
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	30
18. PROVISÕES.....	31
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	37
20. RECEITA.....	39
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	41
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	46
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	47
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	49
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	56
26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL .....	58
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	59

## Notas Explicativas



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	178.369	426.074
Títulos e valores mobiliários	5	448.401	327.680
Consumidores e revendedores	6	2.419.681	2.414.864
Concessionários – transporte de energia	6	123.069	150.289
Tributos compensáveis	7	159.202	154.990
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	336.322	308.520
Estoques		39.204	39.799
Contribuição de iluminação pública		176.513	148.646
Reembolso subsídios tarifários	10	73.345	63.751
Subvenção baixa renda		40.759	36.261
Ativos financeiros da concessão	11	-	397.725
Outros créditos com a eletrobrás		901	90.065
Outros		181.182	296.246
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.176.948</b>	<b>4.854.910</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	14.876	14.678
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.247.913	1.002.236
Tributos compensáveis	7	133.732	122.855
Depósitos vinculados a litígios	9	1.151.792	1.071.535
Consumidores e revendedores	6	89.988	57.829
Concessionários - transporte de energia	6	72.599	76.687
Outros créditos		184.783	37.343
Ativos financeiros da concessão	11	372.069	216.107
Intangíveis	12	9.236.890	8.977.637
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.504.642</b>	<b>11.576.907</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>16.681.590</b>	<b>16.431.817</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	513.124	319.472
Debêntures	15	1.749.226	1.190.069
Fornecedores	13	1.420.409	1.049.363
Impostos, taxas e contribuições	14	854.781	537.856
Salários e encargos sociais		164.888	149.928
Encargos regulatórios	16	258.434	308.049
Participação dos empregados e administradores no resultado		19.158	10.170
Obrigações pós-emprego	17	160.838	142.347
Contribuição de iluminação pública		292.526	273.668
Passivos financeiros da concessão	11	704.418	481.835
Outras		268.633	356.468
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>6.406.435</b>	<b>4.819.225</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	800.524	1.192.048
Debêntures	15	3.141.646	3.496.662
Provisões	18	467.272	347.514
Obrigações pós-emprego	17	2.867.448	2.795.139
Impostos, taxas e contribuições	14	612.622	614.569
Encargos regulatórios	16	391.281	321.033
Passivos financeiros da concessão	11	-	323.140
Outras		33.187	22.620
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.313.980</b>	<b>9.112.725</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>14.720.415</b>	<b>13.931.950</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	19		
Capital social		2.771.998	2.361.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	410.000
Reservas de lucros		509.810	509.810
Ajustes de avaliação patrimonial		(781.941)	(781.941)
Prejuízos acumulados		(538.692)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.961.175</b>	<b>2.499.867</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.681.590</b>	<b>16.431.817</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado
<b>RECEITA</b>	20	8.281.711	8.000.957
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	21		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(4.717.386)	(3.857.716)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(661.101)	(605.478)
		(5.378.487)	(4.463.194)
<b>CUSTOS</b>			
Pessoal e administradores		(700.889)	(683.849)
Materiais		(22.076)	(19.019)
Serviços de terceiros		(468.067)	(425.587)
Amortização		(361.465)	(349.545)
Provisões operacionais líquidas de reversões		(172.882)	(88.242)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(705.296)	(854.060)
Outros		(31.312)	(31.237)
		(2.461.987)	(2.451.539)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(7.840.474)</b>	<b>(6.914.733)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>441.237</b>	<b>1.086.224</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	21		
Despesas com vendas		(174.726)	(282.310)
Despesas gerais e administrativas		(364.695)	(346.332)
Outras despesas operacionais		(372.425)	(343.592)
		(911.846)	(972.234)
<b>Resultado operacional antes do result.financeiro e dos impostos</b>		<b>(470.609)</b>	<b>113.990</b>
Receitas financeiras	22	302.727	597.394
Despesas financeiras	22	(616.487)	(847.214)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(784.369)</b>	<b>(135.830)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	245.677	23.223
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>(538.692)</b>	<b>(112.607)</b>
Resultado básico e diluído por ação – R\$		(0,2283)	(0,0477)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jul a Set/17	Jul a Set /16 Reapresentado
<b>RECEITA</b>	20	2.661.945	2.811.377
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	21		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.662.921)	(1.362.092)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(346.837)	(168.574)
		(2.009.758)	(1.530.666)
<b>CUSTOS</b>			
Pessoal e administradores		(198.410)	(210.628)
Materiais		(9.728)	(7.044)
Serviços de terceiros		(171.092)	(135.507)
Amortização		(117.859)	(118.182)
Provisões operacionais líquidas de reversões		(20.604)	(26.010)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(284.184)	(321.021)
Outros		(18.269)	(9.646)
		(820.146)	(828.038)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(2.829.904)</b>	<b>(2.358.704)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>		<b>(167.959)</b>	<b>452.673</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	21		
Despesas com vendas		(33.961)	(108.418)
Despesas gerais e administrativas		(90.252)	(123.024)
Outras despesas operacionais		(138.778)	(140.998)
		(262.991)	(372.440)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>(430.950)</b>	<b>80.233</b>
Receitas financeiras	22	97.300	168.598
Despesas financeiras	22	(182.954)	(291.498)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(516.604)</b>	<b>(42.667)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	61.188	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	107.819	7.965
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>(347.597)</b>	<b>(34.702)</b>
Resultado básico e diluído por ação – R\$		(0,1473)	(0,0147)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E**  
**2016**

(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016
Resultado do período	(538.692)	(112.607)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b><u>(538.692)</u></b>	<b><u>(112.607)</u></b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E**  
**2016**

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/17	Jul a Set /16
Resultado do período	(347.597)	(34.702)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b><u>(347.597)</u></b>	<b><u>(34.702)</u></b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Recursos Destinados a aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>2.361.998</b>	-	<b>735.957</b>	<b>(402.107)</b>	-	<b>2.695.848</b>
Resultado do período	-	-	-	-	(112.607)	(112.607)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	410.000	-	-	-	410.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	-	97.803	-	-	97.803
	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016</b>	<b>2.361.998</b>	<b>410.000</b>	<b>833.760</b>	<b>(402.107)</b>	<b>(112.607)</b>	<b>3.091.044</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>2.361.998</b>	<b>410.000</b>	<b>509.810</b>	<b>(781.941)</b>	-	<b>2.499.867</b>
Aumento de capital (nota 19)	410.000	(410.000)	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	(538.692)	(538.692)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(538.692)	(538.692)
	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017</b>	<b>2.771.998</b>	-	<b>509.810</b>	<b>(781.941)</b>	<b>(538.692)</b>	<b>1.961.175</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Período	(538.692)	(112.607)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Obrigações pós-emprego	236.812	228.719
Amortização	400.754	367.753
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	557.673	-
Provisões para perdas operacionais	347.608	370.553
Perdas nas baixas de ativos financeiros da concessão e intangível	9.131	24.696
Juros e variações monetárias	486.144	444.489
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela a" (CVA) e outros componentes financeiros	(148.216)	937.053
Imposto de renda e contribuição social	(245.677)	(23.223)
	1.105.537	2.237.433
(Aumento) redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(211.702)	(190.867)
Concessionários – transporte de energia	31.308	(25.667)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela a" (CVA) e outros componentes financeiros	304.841	341.259
Tributos compensáveis	(15.089)	(23.573)
Imposto de renda e contribuição social	(27.802)	(25.521)
Depósitos vinculados a litígios	(53.140)	(22.102)
Reembolso subsídios tarifários	(9.594)	7.944
Subvenção baixa renda	(4.498)	(4.934)
Outros	12.447	8.461
	26.771	65.000
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	371.046	(278.551)
Tributos e contribuição social	(242.695)	(105.018)
IR e CSLL a pagar	124.088	-
Salários e encargos sociais	14.960	44.277
Encargos regulatórios	20.633	(48.158)
Obrigações pós-emprego	(146.012)	(124.650)
Outros	(110.302)	(62.717)
	31.718	(574.817)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.164.026	1.727.616
Juros pagos	(310.558)	(851.877)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(124.088)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>729.380</b>	<b>875.739</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira	(120.919)	(153.369)
Em fundos vinculados	-	(3)
Em intangível	(650.359)	(737.319)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(771.278)</b>	<b>(890.691)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos obtidos	-	2.249.633
Pagamentos de empréstimos	(205.807)	(2.009.581)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-	(87.302)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	410.000
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(205.807)</b>	<b>562.750</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(247.705)</b>	<b>547.798</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	426.074	318.834
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	178.369	866.632
	<b>(247.705)</b>	<b>547.798</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

## PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado		
<b>RECEITAS</b>				
Venda de energia e serviços	14.343.480	13.715.161		
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	705.296	854.060		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	2.278	6.638		
Outras receitas	1.479	2.784		
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(174.726)	(282.310)		
	<u>14.877.807</u>	<u>14.296.333</u>		
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(5.190.391)	(4.242.467)		
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(728.486)	(667.193)		
Serviços de terceiros	(825.784)	(752.782)		
Materiais	(360.811)	(432.921)		
Outros custos operacionais	(354.373)	(333.833)		
	<u>(7.459.845)</u>	<u>(6.429.196)</u>		
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>7.417.962</b>	<b>7.867.137</b>		
<b>RETENÇÕES</b>				
Amortização	(400.754)	(367.753)		
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>7.017.208</b>	<b>7.499.384</b>		
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas financeiras	302.727	597.394		
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>7.319.935</b>	<b>8.096.778</b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.041.280</b>	<b>14,23</b>	<b>974.983</b>	<b>12,04</b>
Remuneração direta	558.450	7,63	608.733	7,52
Benefícios	282.666	3,86	255.911	3,16
FGTS	52.589	0,72	45.978	0,57
Programas de desligamento de empregados	147.575	2,02	64.361	0,79
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>6.088.811</b>	<b>83,18</b>	<b>6.221.575</b>	<b>76,84</b>
Federais	2.280.905	31,16	2.931.992	36,21
Estaduais	3.804.362	51,97	3.286.138	40,59
Municipais	3.544	0,05	3.445	0,04
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>728.536</b>	<b>9,95</b>	<b>1.012.827</b>	<b>12,51</b>
Juros	671.423	9,17	963.955	11,91
Aluguéis	57.113	0,78	48.872	0,60
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>(538.692)</b>	<b>(7,36)</b>	<b>(112.607)</b>	<b>(1,39)</b>
Prejuízos acumulados	(538.692)	(7,36)	(112.607)	(1,39)
	<b>7.319.935</b>	<b>100,00</b>	<b>8.096.778</b>	<b>100,00</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS  
INTERMEDIÁRIAS****REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017****(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig D”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig D tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo 8.324.768 consumidores em 30 de setembro de 2017 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$2.229.487 e apurou prejuízo líquido de R\$538.692. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos, financiamentos e debêntures, classificados no passivo circulante e não circulante, totalizaram R\$2.262.350 e R\$3.942.170, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$729.380.

A Cemig D estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o reperfilamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus

## Notas Explicativas



negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de novembro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



### 2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais e as informações contábeis intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2016 e as informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 estão apresentadas nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/09/2017	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso subsídios tarifários
12	11	Repasses da conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias
13	11	Ativos e passivos financeiros da concessão
14	12	Intangível
15	13	Fornecedores
16	14	Impostos, taxas e contribuições
17	15	Empréstimos, financiamentos e debêntures
18	16	Encargos regulatórios
19	17	Obrigações pós-emprego
20	18	Provisões
21	19	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
22	20	Receita
23	21	Custos e despesas operacionais
24	22	Receitas e despesas financeiras
25	23	Transações com partes relacionadas
26	24	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
27	25	Mensuração pelo valor justo
30	26	Reajuste tarifário anual
31	27	Transações não envolvendo caixa
32	28	Eventos subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

## Notas Explicativas



### 2.3. Reapresentações nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2016

A Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações contábeis;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do período.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos seus negócios (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado.

Essas alterações não provocaram nenhum efeito nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nem nas demonstrações dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

As reclassificações nas demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

R\$ mil	30/09/2016 Originalmente apresentado	Reclassificações	30/09/2016 Reapresentado
RECEITA	7.994.319	6.638	8.000.957
CUSTO TOTAL	(6.914.733)	-	(6.914.733)
LUCRO BRUTO	1.079.586	6.638	1.086.224
DESPESAS OPERACIONAIS	(972.234)	-	(972.234)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	107.352	6.638	113.990
Receitas financeiras	604.032	(6.638)	597.394
Despesas financeiras	(847.214)		(847.214)
Resultado antes dos impostos	(135.830)	-	(135.830)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.223	-	23.223
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(112.607)</b>	<b>-</b>	<b>(112.607)</b>
Resultado básico e diluído por ação – R\$	(0,0477)		(0,0477)

R\$ mil	Jul a Set/2016 Originalmente apresentado	Reclassificações	Jul a Set /2016 Reapresentado
RECEITA	2.810.064	1.313	2.811.377
CUSTO TOTAL	(2.358.704)	-	(2.358.704)
LUCRO BRUTO	451.360	1.313	452.673
DESPESAS OPERACIONAIS	(372.440)	-	(372.440)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	78.920	1.313	80.233
Receitas financeiras	169.911	(1.313)	168.598
Despesas financeiras	(291.498)		(291.498)
Resultado antes dos impostos	(42.667)	-	(42.667)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.965	-	7.965
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(34.702)</b>	<b>-</b>	<b>(34.702)</b>
Resultado básico e diluído por ação – R\$	(0,0147)		(0,0147)

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R\$ mil	30/09/2016 Originalmente apresentado	Reclassificações	30/09/2016 Reapresentado
RECEITAS	14.289.695	6.638	14.296.333
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.429.196)	-	(6.429.196)
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.860.499	6.638	7.867.137
RETENÇÕES			
Amortização	(367.753)	-	(367.753)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	7.492.746	6.638	7.499.384
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	604.032	(6.638)	597.394
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	8.096.778	-	8.096.778

## 3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2017	31/12/2016
Contas bancárias	24.590	82.447
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários – CDB (i)	75.803	225.779
Overnight (ii)	77.976	117.848
	153.779	343.627
	<u>178.369</u>	<u>426.074</u>

(i) Os certificados de depósito bancário (CDB) são remunerados a um percentual do certificado de depósito interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) que, em 30 de setembro de 2017, variam entre 60% a 104,5% em 2017 (80% a 108,5% em 2016), conforme operação.

(ii) As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 8,14% em 30 de setembro de 2017 (14,14% 31 de dezembro de 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 24.

**Notas Explicativas****5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	30/09/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários (CDB) (i)	5.710	10.471
Letras financeiras (LFs) – bancos (ii)	330.117	236.424
Letras financeiras do tesouro (LFTs) (iii)	64.473	61.463
Debêntures (iv)	62.184	33.358
Outros	793	642
	<b>463.277</b>	<b>342.358</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>448.401</b>	<b>327.680</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>14.876</b>	<b>14.678</b>

(i) Os certificados de depósito bancário (CDB) são remunerados a um percentual do certificado de depósito interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,8% a 105,25% em 30 de setembro de 2017 (98,5% a 103% em 31 de dezembro de 2016), conforme operação.

(ii) As letras financeiras – bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do certificado de depósito interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 30 de setembro de 2017 (104,25% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro 2016).

(iii) As letras financeiras do tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

(iv) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 30 de setembro de 2017 (108% a 113% do CDI em de dezembro 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 24. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

## Notas Explicativas



## 6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias ajustado	Total	
	Faturado	Não faturado			30/09/2017	31/12/2016
Residencial	636.422	205.116	385.212	363.143	1.589.893	1.449.693
Industrial	123.220	58.978	29.451	94.823	306.472	315.341
Comércio, Serviços e Outras	296.971	113.872	84.587	157.778	653.208	681.848
Rural	164.174	53.205	59.549	35.285	312.213	256.896
Poder Público	108.824	22.635	33.870	39.901	205.230	159.148
Iluminação Pública	12.716	22.640	1.703	4.087	41.146	42.355
Serviço Público	68.225	18.149	10.150	14.666	111.190	101.489
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>1.410.552</b>	<b>494.595</b>	<b>604.522</b>	<b>709.683</b>	<b>3.219.352</b>	<b>3.006.770</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	18	18	17
Concessionários – Transporte de Energia	187.131	-	8.519	67.732	263.382	294.710
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	-	-	-	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(777.415)	(777.415)	(602.689)
	<b>1.597.683</b>	<b>494.595</b>	<b>613.041</b>	<b>18</b>	<b>2.705.337</b>	<b>2.699.669</b>
<b>Ativo Circulante</b>					<b>2.542.750</b>	<b>2.565.153</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>					<b>162.587</b>	<b>134.516</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 24.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2017	31/12/2016
Residencial	363.143	250.039
Industrial	94.823	88.555
Comércio, serviços e outras	157.778	145.179
Rural	35.285	22.093
Poder público	39.901	9.444
Iluminação pública	4.087	4.471
Serviço público	14.666	15.174
Concessionários – transporte de energia	67.732	67.734
	<b>777.415</b>	<b>602.689</b>

A movimentação do ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>568.085</b>
Constituições	282.310
Baixas	(321.848)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>528.547</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>602.689</b>
Constituições	174.726
<b>Saldo em 30 setembro de 2017</b>	<b>777.415</b>

## Notas Explicativas



### 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	90.963	86.866
COFINS	53.566	53.566
PIS-PASEP	11.631	11.631
Outros	3.042	2.927
	<b>159.202</b>	<b>154.990</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a recuperar	131.621	119.138
COFINS	1.808	3.117
PIS-PASEP	303	600
	<b>133.732</b>	<b>122.855</b>
	<b>292.934</b>	<b>277.845</b>

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2018.

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	260.783	221.656
Contribuição social	75.539	86.864
	<b>336.322</b>	<b>308.520</b>

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

## Notas Explicativas



Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		
Prejuízo fiscal / base negativa	155.683	84.581
Obrigações pós-emprego	848.537	805.292
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	306.388	219.761
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões operacionais (2)	165.376	118.155
Outros	6.691	10.198
	<b>1.635.830</b>	<b>1.391.142</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(214.764)	(220.820)
Encargos financeiros capitalizados	(159.738)	(148.559)
Custo de captação	(13.415)	(19.527)
	<b>(387.917)</b>	<b>(388.906)</b>
<b>Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial</b>	<b>1.247.913</b>	<b>1.002.236</b>

- (1) Referente à provisão de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS, com exigibilidade suspensa pelos depósitos judiciais.  
(2) Refere-se às provisões para contingências.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>708.642</b>
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	23.223
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>731.865</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.002.236</b>
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	245.677
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.247.913</b>

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.

### c) Conciliação da despesa com imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	30/09/2017	30/09/2016
Resultado antes dos impostos	(784.369)	(135.830)
Imposto de renda e contribuição social – benefício nominal	266.685	46.182
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>		
Contribuições e doações indedutíveis	(1.651)	(2.130)
Multas indedutíveis	(9.967)	(11.737)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	(9.229)	(9.268)
Outros	(161)	176
<b>Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva</b>	<b>245.677</b>	<b>23.223</b>
Alíquota efetiva	<b>31,32%</b>	<b>17,10%</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Diferido</b>	<b>245.677</b>	<b>23.223</b>

## Notas Explicativas



	Jul a Set/2017	Jul a Set /2016
Resultado antes dos impostos	(516.604)	(42.667)
Imposto de renda e contribuição social – benefício nominal	175.645	14.507
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>		
Incentivos fiscais	(1.287)	-
Contribuições e doações indedutíveis	(563)	(755)
Multas indedutíveis	(1.644)	(4.169)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	(3.117)	(3.111)
Outros	(27)	1.493
<b>Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva</b>	<b>169.007</b>	<b>7.965</b>
Alíquota efetiva	<b>32,72%</b>	<b>18,67%</b>
<b>Corrente</b>	<b>61.188</b>	<b>-</b>
<b>Diferido</b>	<b>107.819</b>	<b>7.965</b>

A Administração da Companhia considera que os saldos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, realização das contas a receber e dos eventos que geraram as provisões para perdas.

## 9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
<b>Trabalhista</b>	248.103	197.762
<b>Obrigações fiscais</b>		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.287	9.817
Pis-pasep/cofins – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	612.622	612.622
IR/INSS indenização do anuênio (2)	189.938	182.739
Outros	35.650	29.660
	848.497	834.838
<b>Outros</b>		
Regulatório	18.907	18.230
Cível	8.167	7.270
Relações de consumo	3.705	3.578
Bloqueio judicial	7.819	4.607
Outros	16.594	5.250
	55.192	38.935
	<b>1.151.792</b>	<b>1.071.535</b>

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 14.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Provisões (indenização do anuênio)

## Notas Explicativas



### 10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$621.731 (R\$600.356 em 30 de setembro de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.

### 11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/09/2017	31/12/2016
Ativos relacionados à infraestrutura (a)	271.612	216.107
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela a" CVA e outros componentes financeiros (b)	100.457	397.725
	<b>372.069</b>	<b>613.832</b>
<b>Ativo Circulante</b>	-	<b>397.725</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>372.069</b>	<b>216.107</b>

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/09/2017	31/12/2016
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela a" CVA e outros componentes financeiros (b)	704.418	804.975
<b>Passivo Circulante</b>	<b>704.418</b>	<b>481.835</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	-	<b>323.140</b>

#### a) Ativos relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>135.983</b>
Transferências do ativo intangível (nota 12b)	57.650
Baixas	(291)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	6.638
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>199.980</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>216.107</b>
Transferências do ativo intangível (nota 12b)	53.252
Baixas	(25)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	2.278
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>271.612</b>

## Notas Explicativas



**b) Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela a” (CVA) e outros componentes financeiros**

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devem ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Ativo</b>	<b>685.966</b>	<b>1.376.925</b>	<b>2.062.891</b>	<b>1.443.964</b>	<b>924.914</b>	<b>2.368.878</b>
Ativo circulante	685.966	466.625	1.152.591	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo não circulante		910.300	910.300	-	377.673	377.673
<b>Passivo</b>	<b>(1.339.692)</b>	<b>(1.327.160)</b>	<b>(2.666.852)</b>	<b>(1.046.239)</b>	<b>(1.729.889)</b>	<b>(2.776.128)</b>
Passivo circulante	(1.339.692)	(517.317)	(1.857.009)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo não circulante		(809.843)	(809.843)	-	(700.813)	(700.813)
<b>Total circulante líquido</b>	<b>(653.726)</b>	<b>(50.692)</b>	<b>(704.418)</b>	<b>397.725</b>	<b>(481.835)</b>	<b>(84.110)</b>
<b>Total não circulante líquido</b>		<b>100.457</b>	<b>100.457</b>	<b>-</b>	<b>(323.140)</b>	<b>(323.140)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(653.726)</b>	<b>49.765</b>	<b>(603.961)</b>	<b>397.725</b>	<b>(804.975)</b>	<b>(407.250)</b>

## Notas Explicativas



Componentes Financeiros	30/09/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Itens da "Parcela A"</b>						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(245.409)	(87.471)	(332.880)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	13.963	(10.784)	3.179	1.923	8.103	10.026
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	3.560	(3.070)	490	5.254	3.926	9.180
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	(8.178)	-	(8.178)	13.080	4.247	17.327
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(64.501)	(438.468)	(502.969)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	(138.684)	671.226	532.542	422.852	(78.922)	343.930
<b>Outros componentes financeiros</b>						
Sobrecontratação de energia	13.372	(49.569)	(36.197)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da parcela A	(48.929)	70.089	21.160	78.254	(76.367)	1.887
Outros itens financeiros	(178.920)	-	(178.920)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(80.986)	(80.986)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos (3)	-	(21.202)	(21.202)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(653.726)</b>	<b>49.765</b>	<b>(603.961)</b>	<b>397.725</b>	<b>(804.975)</b>	<b>(407.250)</b>

(1) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (preço de liquidação de diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob cotas de garantia física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o risco hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 30 de setembro de 2017.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(3) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

## Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.349.656</b>
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(572.483)
(-) Realização	(364.570)
(-) Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(341.259)
(-) Transferência (1)	(164.957)
(+) Atualização Selic (2)	206.967
<b>Saldo líquido em 30 de setembro de 2016</b>	<b>113.354</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(407.250)</b>
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	222.233
(-) Realização	(74.017)
(-) Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(304.841)
(-) Atualização Selic	(40.086)
<b>Saldo líquido em 30 de setembro de 2017</b>	<b>(603.961)</b>

(1) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Outros Créditos e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(2) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira") destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias

## Notas Explicativas



aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a setembro de 2017, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$304.841 (R\$341.259 de janeiro a setembro de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

O montante acima contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.406, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017 quando da homologação da ANEEL. O saldo remanescente de R\$ 302.435 refere-se às competências de janeiro a agosto de 2017.

## 12. INTANGÍVEL

Conforme mencionado na nota explicativa 1, com o quinto aditivo do contrato de concessão da Companhia, que prorrogou o prazo da concessão até 2046, os valores registrados como ativo financeiro relacionados à infraestrutura da concessão até a data da assinatura do referido aditivo foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, levando em consideração o novo prazo de concessão.

Em conformidade a interpretação técnica ICPC 01/IFRIC 12, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

### a) Composição do saldo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da concessão líquidos	15.234.365	(6.980.850)	8.253.515	14.168.765	(6.630.859)	7.537.906
Intangível em curso	983.375	-	983.375	1.439.731	-	1.439.731
<b>Total intangível</b>	<b>16.217.740</b>	<b>(6.980.850)</b>	<b>9.236.890</b>	<b>15.608.496</b>	<b>(6.630.859)</b>	<b>8.977.637</b>

**Notas Explicativas****b) Mutações do ativo intangível em 30 de setembro de 2017 e 2016**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.413.168</b>
Adições	854.060
Transferências para o ativo financeiro	(57.650)
Baixas	(24.405)
Amortização	(367.753)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>8.817.420</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.977.637</b>
Adições	705.296
Transferências para o ativo financeiro	(53.252)
Baixa de obrigação especial	17.069
Baixas	(9.106)
Amortização	(400.754)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>9.236.890</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, no montante R\$705.296, está contemplado R\$54.937 a título de encargos financeiros capitalizados (R\$116.741 em 30 de setembro de 2016), conforme apresentado na nota explicativa 15.

A taxa de amortização média anual da Companhia é de 3,85%. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos memos, são as seguintes:

<b>Distribuição</b>	<b>(%)</b>	<b>Administração</b>	<b>(%)</b>
Chave sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de capacitores	6,67		
Regulador de tensão	4,35		

## Notas Explicativas



## 13. FORNECEDORES

	30/09/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	152.211	125.066
Encargos de uso da rede elétrica (1)	131.906	52.441
Energia elétrica comprada para revenda (2)	713.467	422.727
Itaipu binacional	210.043	206.827
Materiais e serviços	212.782	242.302
	<b>1.420.409</b>	<b>1.049.363</b>

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

(2) Em 2017 a Companhia registrou um aumento nas despesas com energia em função do maior custo da energia no mercado atacadista, decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas.

## 14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
ICMS (i)	749.036	426.984
COFINS	64.878	63.626
PIS-PASEP	13.939	13.786
INSS	13.502	16.733
ISSQN	4.859	5.891
Outros	8.567	10.836
	<b>854.781</b>	<b>537.856</b>
<b>Não Circulante</b>		
COFINS (ii)	503.343	505.018
PIS-PASEP (ii)	109.279	109.551
	<b>612.622</b>	<b>614.569</b>
	<b>1.467.403</b>	<b>1.152.425</b>

## (i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Do saldo total de ICMS a recolher em 30 de setembro de 2017, R\$557.673 refere-se aos efeitos da adesão no trimestre pela Companhia ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos montantes atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, que deverão ser atualizadas pela taxa de 50% da Selic. A primeira parcela, no montante de R\$93.539, foi quitada em 31 de outubro de 2017.

## Notas Explicativas



Os efeitos da adesão ao PRCT reconhecidos no resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 nos grupos de deduções de vendas, despesas operacionais e despesas financeiras, montam R\$532.455, R\$1.084 e R\$24.134, respectivamente.

- (ii) As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses tributos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. A Companhia aguarda os resultados advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir os mesmos em suas demonstrações financeiras.

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2017						31/12/2016
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.021	20.169	23.190	23.049
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>3.021</b>	<b>20.169</b>	<b>23.190</b>	<b>23.049</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	185.319	329.144	514.463	501.352
ELETRÓBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	16.886	37.449	54.335	68.042
Grandes Consumidores (2)	2024	Diversas	R\$	1.860	2.305	4.165	6.317
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	33.407	-	33.407	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14 % do CDI	R\$	272.631	411.457	684.088	681.418
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>510.103</b>	<b>780.355</b>	<b>1.290.458</b>	<b>1.488.471</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>513.124</b>	<b>800.524</b>	<b>1.313.648</b>	<b>1.511.520</b>
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	438.571	-	438.571	463.880
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	41.685	1.464.025	1.505.710	1.495.108
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	27.041	873.250	900.291	894.918
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	253.769	-	253.769	235.136
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05 %	R\$	988.160	804.371	1.792.531	1.597.689
<b>Total de Debêntures</b>				<b>1.749.226</b>	<b>3.141.646</b>	<b>4.890.872</b>	<b>4.686.731</b>
<b>Total Geral</b>				<b>2.262.350</b>	<b>3.942.170</b>	<b>6.204.520</b>	<b>6.198.251</b>

- (1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$144.396, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$121.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

## Notas Explicativas



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	3.021	-	-	-	-	-	-	20.169	23.190
<b>Total por Moedas</b>	<b>3.021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.169</b>	<b>23.190</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	322.790	(394)	482.956	482.955	497.849	218.379	218.379	436.856	2.659.770
UFIR/RGR (2)	4.806	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	54.335
CDI (3)	1.140.804	1.651.215	436.824	234.217	-	-	-	-	3.463.060
IGP-DI (4)	1.486	375	377	603	54	508	508	254	4.165
<b>Total por Indexadores</b>	<b>1.469.886</b>	<b>1.667.553</b>	<b>933.069</b>	<b>728.985</b>	<b>501.310</b>	<b>222.151</b>	<b>221.266</b>	<b>437.110</b>	<b>6.181.330</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.472.907</b>	<b>1.667.553</b>	<b>933.069</b>	<b>728.985</b>	<b>501.310</b>	<b>222.151</b>	<b>221.266</b>	<b>457.279</b>	<b>6.204.520</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);  
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2017 %	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2016 %	Indexador	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2017 %	Variação Acumulada no 3º Trimestre 2016 %
Dólar norte-americano	(2,80)	(16,87)	IPCA	1,78	5,51
Euro	8,86	(14,16)	CDI	8,03	10,42

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.020.042</b>
Empréstimos obtidos	2.310.000
Custos de transação	(60.367)
<b>Empréstimos obtidos líquidos do custo de transação</b>	<b>2.249.633</b>
Variação monetária e cambial	145.485
Encargos financeiros provisionados	636.386
Amortização do custo de transação	17.400
Encargos financeiros pagos	(851.877)
Amortização de financiamentos	(2.009.581)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>7.207.488</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.198.251</b>
Variação monetária e cambial	47.286
Encargos financeiros provisionados	457.372
Amortização do custo de transação	17.976
Encargos financeiros pagos	(310.558)
Amortização de empréstimos	(205.807)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>6.204.520</b>

## Notas Explicativas



### Encargos financeiros capitalizados

A Companhia transferiu para o ativo intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Encargos de empréstimos e financiamentos	457.372	636.386
Encargos financeiros transferidos para o intangível (1)	(54.937)	(116.741)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>402.435</b>	<b>519.645</b>

(1) Taxa média de capitalização: 11,07% no período de janeiro a setembro de 2017 (13,13% no período de janeiro a setembro de 2016).

### Garantias

Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	5.084.125
Recebíveis	862.461
Sem garantia	257.934
<b>TOTAL</b>	<b>6.204.520</b>

### Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos anuais (%)	Saldo em 30/09/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	438.571	463.880
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.505.710	1.495.108
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	900.291	894.918
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	253.769	235.136
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.792.531	1.597.689
<b>TOTAL</b>			<b>4.890.872</b>	<b>4.686.731</b>

Para as debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

## Notas Explicativas



### Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“Covenants”).

## 16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2017	31/12/2016
Eficiência energética	337.772	290.687
Pesquisa e desenvolvimento	94.919	77.065
Conta de desenvolvimento energético – cde	154.383	181.491
Reserva global de reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de capacidade emergencial	30.996	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.371	1.361
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	17.224
	<b>649.715</b>	<b>629.082</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>258.434</b>	<b>308.049</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>391.281</b>	<b>321.033</b>

## 17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>836.260</b>	<b>971.830</b>	<b>21.959</b>	<b>398.662</b>	<b>2.228.711</b>
Despesa reconhecida no resultado	85.557	100.412	2.264	40.486	228.719
Contribuições pagas	(68.662)	(48.447)	(1.201)	(6.340)	(124.650)
<b>Passivo líquido em 30 de setembro de 2016</b>	<b>853.155</b>	<b>1.023.795</b>	<b>23.022</b>	<b>432.808</b>	<b>2.332.780</b>
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.064.122</b>	<b>1.258.299</b>	<b>27.435</b>	<b>587.630</b>	<b>2.937.486</b>
Despesa reconhecida no resultado	82.205	104.370	2.279	47.958	236.812
Contribuições pagas	(85.953)	(54.681)	(1.290)	(4.088)	(146.012)
<b>Passivo líquido em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.060.374</b>	<b>1.307.988</b>	<b>28.424</b>	<b>631.500</b>	<b>3.028.286</b>
				<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo Circulante</b>				160.838	142.347
<b>Passivo Não Circulante</b>				2.867.448	2.795.139

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$201.745 (R\$165.845 em 30 de setembro de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$35.067 (R\$62.874 em 30 de setembro de 2016).

## Notas Explicativas



### Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$205.878, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Cemig D ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

## 18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	266.119	160.084	(331)	(34.312)	391.560
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	11.839	(1.295)	(11.839)	12.012
Outras ações cíveis	36.842	7.068	-	(4.226)	39.684
	50.149	18.907	(1.295)	(16.065)	51.696
Tributárias	3.674	1.794	-	(331)	5.137
Ambientais	-	2	-	-	2
Regulatórias	21.435	265	(9.566)	(265)	11.869
Outras	6.137	3.022	-	(2.151)	7.008
<b>Total</b>	<b>347.514</b>	<b>184.074</b>	<b>(11.192)</b>	<b>(53.124)</b>	<b>467.272</b>

	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	216.101	55.236	(1.164)	(23.394)	246.779
Cíveis					
Relações de consumo	14.084	12.746	-	(10.710)	16.120
Outras ações cíveis	26.885	14.454	-	(3.416)	37.923
	40.969	27.200	-	(14.126)	54.043
Tributárias	3.313	265	(71)	(78)	3.429
Ambientais	60	-	(60)	-	-
Regulatórias	20.814	3.645	-	(1.643)	22.816
Outras	9.912	7.230	(4.038)	(7.134)	5.970
<b>Total</b>	<b>291.169</b>	<b>93.576</b>	<b>(5.333)</b>	<b>(46.375)</b>	<b>333.037</b>

## Notas Explicativas



A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intemediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

### **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

#### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.320.718 (R\$1.327.216 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$391.560 (R\$266.119 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações cujo objeto são horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria complementar pela Forluz e ajustes salariais.

#### Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$22.802 (R\$23.092 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$12.012 (R\$13.307 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$204.410 (R\$187.700 em 31 de dezembro de 2016),

## Notas Explicativas



dos quais R\$39.684 (R\$36.842 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$33.083 (R\$26.668 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$5.137 (R\$3.674 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$166.647 (R\$156.550 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$11.869 (R\$21.435 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$110.077 (R\$89.117 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$7.010 (R\$6.137 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

### Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados

## Notas Explicativas



aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, que atualizado representa o valor de R\$189.938 (R\$182.739 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$220.218 (R\$207.876 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

### *Contribuições previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.002.148 (R\$1.039.997 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

### *Não homologação da compensação de créditos tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$71.126 (R\$116.357 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento aos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$186.161 (R\$186.972 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

## Notas Explicativas



### *Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)*

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$88.904 (R\$82.129 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

### Questões regulatórias

#### *Contribuição para iluminação pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na resolução normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$19.715 (R\$23.510 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Cemig, controladora da Companhia, é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.219.694 (R\$1.281.195 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do código de defesa do consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e

## Notas Explicativas



aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$268.489 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

### *Reajuste tarifário periódico – neutralidade da parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Em decorrência de decisão favorável à Companhia, contra a qual não houve recurso, o processo foi baixado (em 31 de dezembro de 2016 o valor da ação era R\$316.675).

### Outros passivos contingentes

#### *Desequilíbrio contratual*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$253.279 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$77.176 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

#### *Irregularidades em procedimentos licitatórios*

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.011 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

## Notas Explicativas



### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$146.654 (R\$150.761 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

### Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2017	30/09/2016
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do Período	(538.692)	(112.607)
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,2283)	(0,0477)

	Jul a Set/2017	Jul a Set /2016
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do período	(347.597)	(34.702)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,1473	(0,0147)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído é igual ao resultado básico.

## Notas Explicativas



### Aumento de capital social

Em 12 de maio de 2017, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária aprovaram o aumento de capital social da Cemig D, no valor de R\$410.000. O capital social, que era de R\$2.361.998, passou para R\$2.771.998, através da integralização dos recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, sem emissão de novas ações.

### Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego. Consistem em ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

### Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	30/09/2017	31/12/2016
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	224.986	224.986
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	8.083	8.083
Reserva de Retenção de Lucros	276.741	276.741
	<b>509.810</b>	<b>509.810</b>

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

#### Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

#### Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 30 de setembro de 2017 é de R\$8.083.

## Notas Explicativas



## 20. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	12.068.941	12.427.357
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	1.254.063	1.373.726
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	148.216	(937.053)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	705.296	854.060
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	2.278	6.638
Outras receitas operacionais (f)	872.259	851.131
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(6.769.342)	(6.574.902)
	<b>8.281.711</b>	<b>8.000.957</b>

	Jul a Set/2017	Jul a Set /2016 Reapresentado
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	3.884.786	4.032.427
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	339.409	520.860
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	480.112	(273.498)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	284.184	321.021
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	767	1.313
Outras receitas operacionais (f)	299.131	277.660
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.626.444)	(2.068.406)
	<b>2.661.945</b>	<b>2.811.377</b>

## a) Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Residencial	7.489.980	7.406.095	5.797.316	5.818.788
Industrial	1.946.887	2.474.091	1.114.008	1.394.216
Comércio, serviços e outros	3.939.526	4.300.955	2.799.882	3.113.311
Rural	2.769.082	2.699.294	1.203.749	1.073.290
Poder público	644.621	659.997	389.945	404.713
Iluminação pública	1.030.199	1.012.312	397.147	395.771
Serviço público	977.757	930.708	430.943	404.743
<b>Subtotal</b>	<b>18.798.052</b>	<b>19.483.452</b>	<b>12.132.990</b>	<b>12.604.832</b>
Consumo próprio	26.946	27.614	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(64.049)	(177.475)
<b>Total</b>	<b>18.824.998</b>	<b>19.511.066</b>	<b>12.068.941</b>	<b>12.427.357</b>

## Notas Explicativas



	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/2017	Jul a Set /2016	Jul a Set/2017	Jul a Set /2016
Residencial	2.456.908	2.389.353	1.878.293	1.859.113
Industrial	649.318	790.972	359.602	442.128
Comércio, serviços e outros	1.207.847	1.303.251	835.261	929.355
Rural	1.020.557	1.015.555	424.904	394.504
Poder público	207.967	208.314	120.600	128.652
Iluminação pública	354.299	338.892	132.691	129.015
Serviço público	338.415	318.605	144.189	136.068
<b>Subtotal</b>	<b>6.235.311</b>	<b>6.364.942</b>	<b>3.895.540</b>	<b>4.018.835</b>
Consumo próprio	8.896	8.528	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(10.754)	13.592
<b>Total</b>	<b>6.244.207</b>	<b>6.373.470</b>	<b>3.884.786</b>	<b>4.032.427</b>

(\*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

### b) Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD

Parcela representativa dos grandes consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

### c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

### d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 das informações contábeis intermediárias.

### e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da Base de remuneração de ativos, atualizada pelo IPCA.

## Notas Explicativas



## f) Outras receitas operacionais

	30/09/2017	30/09/2016
Serviço taxado	7.723	4.533
Outras prestações de serviços	7.790	8.437
Subvenções (*)	765.320	757.213
Aluguel e arrendamento	90.338	75.256
Outras	1.088	5.692
	<b>872.259</b>	<b>851.131</b>

	Jul a Set/2017	Jul a Set/2016
Serviço taxado	3.124	1.593
Outras prestações de serviços	3.183	3.318
Subvenções (*)	262.300	246.636
Aluguel e arrendamento	30.452	25.396
Outras	72	717
	<b>299.131</b>	<b>277.660</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobras.

## g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	30/09/2017	30/09/2016
<b>Impostos sobre a Receita</b>		
ICMS	3.803.819	3.285.060
PIS-PASEP	237.116	226.738
COFINS	1.092.167	1.044.378
ISSQN	360	397
	<b>5.133.462</b>	<b>4.556.573</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Programa de eficiência energética-PEE	37.422	44.872
Conta de desenvolvimento energético-CDE	1.290.737	1.573.901
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	14.969	17.949
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	14.969	17.949
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	7.485	8.975
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	258.060	342.789
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	12.238	11.894
	<b>1.635.880</b>	<b>2.018.329</b>
	<b>6.769.342</b>	<b>6.574.902</b>

	Jul a Set/2017	Jul a Set/2016
<b>Impostos sobre a receita</b>		
ICMS (1)	1.570.523	1.054.121
PIS-PASEP	82.709	75.346
COFINS	380.958	347.048
ISSQN	132	158
	<b>2.034.322</b>	<b>1.476.673</b>
<b>Encargos do consumidor</b>		
Programa de eficiência energética - PEE	11.732	10.978
Conta de desenvolvimento energético - CDE	462.939	566.142
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.693	4.391
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	4.693	4.391
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	2.347	2.196
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	101.625	(429)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.093	4.064
	<b>592.122</b>	<b>591.733</b>
	<b>2.626.444</b>	<b>2.068.406</b>

(1) No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, a Cemig D aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais. Mais informações na nota explicativa nº 14.

## Notas Explicativas



## 21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal (a)	877.192	852.103
Participação de empregados e administradores no resultado	18.131	26.939
Obrigações pós-emprego (nota 17)	201.745	165.845
Materiais	32.089	29.226
Serviços de terceiros (b)	550.614	472.356
Energia elétrica comprada para revenda (c)	4.717.386	3.857.716
Amortização	400.754	367.753
Provisões operacionais (d)	347.608	370.553
Encargos de uso da rede básica de transmissão	661.101	605.478
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (e)	705.296	854.060
Outras despesas líquidas (f)	240.404	284.938
	<b>8.752.320</b>	<b>7.886.967</b>

	Jul a Set/2017	Jul a Set/2016
Pessoal (a)	233.255	264.207
Participação de empregados e administradores no resultado	491	17.428
Obrigações pós-emprego (nota 17)	69.941	59.950
Materiais	12.036	11.789
Serviços de terceiros (b)	189.677	159.549
Energia elétrica comprada para revenda (c)	1.662.921	1.362.092
Amortização	137.703	123.898
Provisões operacionais (d)	54.565	134.429
Encargos de uso da rede básica de transmissão	346.837	168.574
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (e)	284.184	321.021
Outras despesas líquidas (f)	101.285	108.207
	<b>3.092.895</b>	<b>2.731.144</b>

## a) Despesas com pessoal

## Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$147.575, correspondente à adesão de 908 empregados até a data mencionada.

## Notas Explicativas



## b) Serviço de terceiros

	30/09/2017	30/09/2016
Leitura de medidores e entrega de contas	106.479	101.565
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	158.145	147.119
Comunicação	52.498	45.068
Conservação e limpeza de prédios	56.235	49.864
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	8.568	4.431
Corte e religação	23.528	3.540
Podas de árvores	14.719	8.887
Serviços advocatícios e custas processuais	10.852	12.380
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.948	1.779
Serviços de tecnologia da informação	26.757	22.685
Mão de obra contratada	5.431	5.286
Hospedagem e alimentação	7.115	6.556
Vigilância	6.611	7.647
Impressão de fatura de energia elétrica	2.011	2.588
Manutenção e conservação de veículos	1.228	3.402
Reprografia e publicações legais	15.129	10.135
Consultoria	4.687	3.729
Outros	48.673	35.695
	<b>550.614</b>	<b>472.356</b>

	Jul a Set/2017	Jul a Set/2016
Leitura de medidores e entrega de contas	35.364	34.057
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	50.906	41.283
Comunicação	16.370	14.808
Conservação e limpeza de prédios	19.831	17.222
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	5.252	1.432
Corte e religação	11.196	1.775
Podas de árvores	5.752	3.498
Serviços advocatícios e custas processuais	3.403	3.843
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	692	635
Serviços de tecnologia da informação	8.863	13.647
Mão de obra contratada	2.753	1.860
Hospedagem e alimentação	2.462	2.543
Vigilância	2.175	2.270
Impressão de fatura de energia elétrica	576	773
Manutenção e conservação de veículos	417	667
Reprografia e publicações legais	6.197	3.789
Consultoria	1.899	493
Outros	15.569	14.954
	<b>189.677</b>	<b>159.549</b>

## c) Energia elétrica comprada para revenda

	30/09/2017	30/09/2016
Energia de itaipu binacional	933.603	880.361
Contratos por cotas de garantia física	371.607	403.913
Cotas das usinas de Angra I e II	182.832	162.680
Energia de curto prazo	1.024.231	439.151
Contratos bilaterais	217.944	213.473
Energia adquirida em leilão	2.227.230	1.898.794
PROINFA	225.965	244.095
Geração distribuída	6.979	-
Créditos de PASEP/COFINS	(473.005)	(384.751)
	<b>4.717.386</b>	<b>3.857.716</b>

## Notas Explicativas



	Jul a Set /2017	Jul a Set/2016
Energia de itaipu binacional	316.786	273.070
Contratos por cotas de garantia física	128.569	152.753
Cotas das usinas de Angra I e II	60.944	54.227
Energia de curto prazo	336.398	191.656
Contratos bilaterais	73.726	72.745
Energia adquirida em Leilão	835.259	672.292
PROINFA	75.321	81.365
Geração distribuída	2.807	-
Créditos de PASEP/COFINS	(166.889)	(136.016)
	<b>1.662.921</b>	<b>1.362.092</b>

## d) Provisões (reversões) operacionais

	30/09/2017	30/09/2016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	174.726	282.310
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	159.753	54.072
Cíveis	17.612	27.200
Tributárias	1.794	194
Ambientais	2	(60)
Regulatórias	(9.301)	3.645
Outras	3.022	3.192
	<b>172.882</b>	<b>88.243</b>
	<b>347.608</b>	<b>370.553</b>

	Jul a Set /2017	Jul a Set /2016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	33.961	108.418
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	8.794	26.083
Cíveis	8.136	10.573
Tributárias	799	105
Ambientais	2	(3)
Regulatórias	1.976	(9.768)
Outras	897	(979)
	<b>20.604</b>	<b>26.011</b>
	<b>54.565</b>	<b>134.429</b>

## e) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal	37.620	45.248
Materiais	328.722	403.695
Serviços de terceiros	275.167	280.421
Encargos financeiros	54.937	116.741
Aquisição de imóveis e instalações	1.707	341
Arrendamentos e aluguéis	926	819
Impostos e taxas	223	847
Outros	5.994	5.948
	<b>705.296</b>	<b>854.060</b>

	Jul a Set /2017	Jul a Set /2016
Pessoal	14.032	13.392
Materiais	149.303	158.690
Serviços de terceiros	100.142	109.586
Encargos financeiros	15.988	37.244
Aquisição de imóveis e instalações	(48)	94
Arrendamentos e aluguéis	255	423
Impostos e taxas	96	525
Outros	4.416	1.067
	<b>284.184</b>	<b>321.021</b>

**Notas Explicativas****f) Outras despesas operacionais líquidas**

	30/09/2017	30/09/2016
Arrendamentos e aluguéis	53.232	46.611
Propaganda e Publicidade	11.796	5.590
Consumo próprio de energia elétrica	15.581	16.536
Subvenções e doações	7.503	9.804
Anuidade CCEE	3.007	2.793
Seguros	1.748	1.676
Forluz – custeio administrativo	14.280	13.790
Perda na desativação e alienação de bens e direitos	40.015	74.367
Agentes Arrecadadores	52.664	53.199
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	24.755	31.060
Impostos e taxas	3.868	4.160
Outras	11.955	25.352
	<b>240.404</b>	<b>284.938</b>

	Jul a Set /2017	Jul a Set /2016
Arrendamentos e aluguéis	21.322	12.147
Propaganda e publicidade	4.205	3.609
Consumo próprio de energia elétrica	4.768	5.019
Subvenções e doações	2.558	3.209
Anuidade CCEE	954	904
Seguros	608	660
Forluz – Custeio administrativo	4.789	4.710
Perda na desativação e alienação de bens e direitos	37.377	32.297
Agentes arrecadadores	17.377	17.651
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	3.895	6.035
Impostos e taxas	352	140
Outras (recuperação de despesas)	3.080	21.826
	<b>101.285</b>	<b>108.207</b>

**Arrendamento mercantil operacional**

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## Notas Explicativas



## 22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda sobre aplicação financeira	57.006	100.513
Acréscimos moratórios de contas de energia	186.043	202.776
Variações cambiais	20.207	54.054
Variações monetárias	16.569	23.404
Variação monetária depósitos judiciais	27.117	24.436
Variação monetária – CVA	-	206.967
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(19.755)	(37.458)
Outras	15.540	22.702
	<b>302.727</b>	<b>597.394</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(402.435)	(519.645)
Amortização do custo de transação	(17.976)	(17.400)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(35.067)	(62.874)
Variações cambiais	(11.954)	(18.976)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(48.768)	(159.757)
Variação monetária – CVA	(40.086)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(19.101)	(21.758)
Outras variações monetárias	(1.247)	(3.569)
Outras	(39.853)	(43.235)
	<b>(616.487)</b>	<b>(847.214)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(313.760)</b>	<b>(249.820)</b>

	Jul a Set/2017	Jul a Set /2016 Reapresentado
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de aplicação financeira	17.620	42.291
Acréscimos moratórios de contas de energia	53.385	67.330
Variações cambiais	2.618	12.246
Variações monetárias	8.302	19.085
Variação monetária depósitos judiciais	13.664	13.331
Variação monetária – CVA	-	19.403
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(6.230)	(11.318)
Outras	7.941	6.230
	<b>97.300</b>	<b>168.598</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(121.927)	(186.715)
Amortização do custo de transação	(5.840)	(6.278)
Encargos de variação monetária – Forluz	(8.997)	(16.289)
Variações cambiais	5.911	(1.802)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(3.689)	(32.090)
Variação monetária – CVA	(12.006)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(5.985)	(8.059)
Outras variações monetárias	(415)	(1.580)
Outras	(30.006)	(38.685)
	<b>(182.954)</b>	<b>(291.498)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(85.654)</b>	<b>(122.900)</b>

## Notas Explicativas



## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>Controlador</b>								
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	8.851	-	-	(15.532)	(21.567)
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	621	-	-	(5.132)	(5.575)
Operações com Energia Elétrica (2)	2.741	3.714	24.365	17.505	31.452	29.022	(151.226)	(104.757)
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.049	7.037	-	-	(49.892)	(61.603)
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	17.229	17.636	-	-	(124.524)	(125.921)
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.774	3.755	-	-	(89.256)	(22.486)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	900	710	-	-	(5.379)	(5.307)
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (3)	97.779	71.340	-	-	101.085	112.168	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.713	5.111	-	-	(61.553)	(49.244)
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.214	1.460	-	-	(12.291)	(10.279)
<b>Cemig Telecomunicações</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	277	253	-	-	2.492	2.229	-	-
Prestação de Serviço (4)	-	-	1.728	3.399	-	-	(15.865)	(10.771)
<b>Axxiom</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de Serviço (5)	-	-	2.323	6.453	-	-	-	(33.125)
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e Equivalentes	158.420	197.825	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	382.945	265.543	-	-	7.947	57.538	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	14.876	14.679	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	77.086	62.420	-	-	(82.205)	(85.557)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(14.280)	(13.790)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	2.506	5.948	-	-	(28.617)	(11.850)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	983.288	1.001.702	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	78.540	72.463	-	-	(106.649)	(102.676)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.257.872	1.213.271	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

## Notas Explicativas



- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 17);
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel das sedes administrativas da Companhia;
- (9) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 17).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas notas explicativas nº 6, 13 e 20 destas informações contábeis intermediárias.

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2017	31/12/2016
				Cemig D 34,10% (1)	Cemig D 24,94% (1)
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	1.427
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	-	2.722
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	8.469	13.034
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	3.528	2.522
CEMIG GT	Nota Promissória	128,00% do CDI	23/11/2017	30.707	-
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	3.540	2.323
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	3.755	2.470
				<b>49.999</b>	<b>24.498</b>

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

### Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a setembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	4.184	5.275
Participação nos resultados (reversão)	-	(395)
Benefícios assistenciais	348	513
<b>Total</b>	<b>4.532</b>	<b>5.393</b>

## Notas Explicativas



### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia são os saldos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, consumidores e revendedores, fundos vinculados, ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, subvenção de baixa renda, repasses de recursos da conta de desenvolvimento econômico (CDE), conta de compensação de variação de custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures e obrigações com o fundo de pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de Energia, depósitos vinculados a litígios, fundos vinculados, ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários e outros créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, no montante de R\$409.167 (R\$325.726 em 31 de dezembro de 2016). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$54.110 em 30 de setembro de 2017 (R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016), incluídos na nota explicativa nº 5. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$53.990 em 30 de setembro de 2017 (R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016), foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

## Notas Explicativas



- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Obrigações com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para as Obrigações com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 7,96%, CDI + 0,69% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos da Eletrobras, o valor justo é conceitualmente similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo contábil é de R\$6.204.520 (R\$6.198.251 em 31 de dezembro de 2016) e o valor justo é de R\$6.204.520 (R\$6.089.851 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

### a) Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig D está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em Empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
<b>Dólar Norte-Americano</b>				
Empréstimos e Financiamentos ( <i>nota 15</i> )	7.320	23.190	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	77.795	246.453	62.320	206.827
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>85.115</b>	<b>269.643</b>	<b>69.392</b>	<b>229.876</b>

## Notas Explicativas



### Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 30 de setembro de 2018 será uma valorização de 11,14% (R\$3,521). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2017	Cenário Dólar R\$3,521	Cenário Dólar R\$4,401	Cenário Dólar R\$5,282
<b>Dólar Norte-Americano</b>				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 15)</i>	23.190	25.774	32.216	38.665
Fornecedores (Itaipu Binacional)	246.453	273.914	342.373	410.910
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>269.643</b>	<b>299.688</b>	<b>374.589</b>	<b>449.575</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>		<b>30.045</b>	<b>104.946</b>	<b>179.932</b>

### Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig D às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras <i>(nota 4)</i>	153.779	343.627
Títulos e Valores Mobiliários <i>(nota 5)</i>	463.277	342.358
CVA e Outros Componentes Financeiros <i>(nota 11)</i>	100.457	397.725
Outros Créditos com a Eletrobrás	901	90.065
	718.414	1.173.775
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos - CDI <i>(nota 15)</i>	(3.463.060)	(3.475.681)
CVA e Outros Componentes Financeiros <i>(nota 11)</i>	(704.418)	(804.975)
	(4.167.478)	(4.280.656)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(3.449.064)</b>	<b>(3.106.881)</b>

### Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, a taxa SELIC será de 7,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

## Notas Explicativas



Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 7,00%	Cenário SELIC 8,75%	Cenário SELIC 10,50%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	153.779	164.544	167.235	169.926
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	463.277	495.706	503.814	511.921
CVA e outros componentes financeiros – SELIC	100.457	107.489	109.247	111.005
Outros créditos com a Eletrobrás	901	964	980	996
	<u>718.414</u>	<u>768.703</u>	<u>781.276</u>	<u>793.848</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 15)	(3.463.060)	(3.705.474)	(3.766.078)	(3.826.681)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC	(704.418)	(753.727)	(766.055)	(778.382)
	<u>(4.167.478)</u>	<u>(4.459.201)</u>	<u>(4.532.133)</u>	<u>(4.605.063)</u>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(3.449.064)</b>	<b>(3.690.498)</b>	<b>(3.750.857)</b>	<b>(3.811.215)</b>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<b>(241.434)</b>	<b>(301.793)</b>	<b>(362.151)</b>

## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de setembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativos</b>		
Aativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (nota 11) (*)	130.340	128.071
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.659.770)	(2.625.162)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(533.793)	(570.184)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(205.878)	-
	<u>(3.399.441)</u>	<u>(3.195.346)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(3.269.101)</b>	<b>(3.067.275)</b>

(\*) Valor do ativo financeiro da concessão homologado pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, o IPCA será de 4,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

## Notas Explicativas



Risco - Elevação da inflação	30/09/2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,55%	Cenário IPCA 5,69%	Cenário IPCA 6,83%
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (nota 11)	130.340	136.270	137.756	139.242
<b>Passivos</b>				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.659.770)	(2.780.790)	(2.811.111)	(2.841.432)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA	(533.793)	(558.081)	(564.166)	(570.251)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(205.878)	(215.245)	(217.592)	(219.939)
	(3.399.441)	(3.554.116)	(3.592.869)	(3.631.622)
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(3.269.101)</b>	<b>(3.417.846)</b>	<b>(3.455.113)</b>	<b>(3.492.380)</b>
<b>Efeito líquido da variação do IPCA</b>		<b>(148.745)</b>	<b>(186.012)</b>	<b>(223.279)</b>

## Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig D administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

## Notas Explicativas



Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$2.294.225 e prejuízo líquido de R\$538.692. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R\$2.262.350 e R\$3.942.170, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$729.380.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações com o fundo de pensão FORLUZ e fornecedores, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	43.963	1.409.268	1.021.014	4.074.373	1.346.515	7.895.133
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	93.559	282.405	189.719	-	-	565.683
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	7.971	16.036	73.648	436.337	216.823	750.815
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	1.822	5.463	14.889	98.951	285.897	407.022
	<b>147.315</b>	<b>1.713.172</b>	<b>1.299.270</b>	<b>4.609.661</b>	<b>1.849.235</b>	<b>9.618.653</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.172.757	247.652	-	-	-	1.420.409
	<b>1.320.072</b>	<b>1.960.824</b>	<b>1.299.270</b>	<b>4.609.661</b>	<b>1.849.235</b>	<b>11.039.062</b>

### Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

## Notas Explicativas



Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

### Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 100% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

## Notas Explicativas



### Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

### b) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Total do passivo	14.720.415	13.931.950
Caixa e equivalentes de caixa	(178.369)	(426.074)
Fundos vinculados	(89)	(89)
<b>Passivo líquido</b>	<b>14.541.957</b>	<b>13.505.787</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.961.175</b>	<b>2.499.867</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>7,41</b>	<b>5,40</b>

## 25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem

## Notas Explicativas



transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2017	Valor justo em 30 de setembro de 2017		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários	5.704	-	5.704	-
Letras financeiras – bancos	323.685		323.685	-
Letras financeiras do tesouro	64.473	64.473	-	-
Debêntures	15.305	-	15.305	-
	<b>409.167</b>	<b>64.473</b>	<b>344.694</b>	-
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos financeiros da concessão Relacionados à infraestrutura	271.612	-	-	271.612
	<b>680.779</b>	<b>64.473</b>	<b>344.694</b>	<b>271.612</b>

## Notas Explicativas



	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários	10.440	-	10.440	-
Letras financeiras – bancos	230.661	-	230.661	-
Letras financeiras do tesouro	61.463	61.463	-	-
Debêntures	23.162	-	23.162	-
	<b>325.726</b>	<b>61.463</b>	<b>264.263</b>	<b>-</b>
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos financeiros da concessão				
Relacionados à infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	<b>541.833</b>	<b>61.463</b>	<b>264.263</b>	<b>216.107</b>

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## 26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

O efeito médio de 10,66% negativos decorre:

- do reajuste dos itens de custos de parcela A e B, contribuindo para o efeito médio em 1,29%;
- da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, levando a uma redução de 4,68%; e

## Notas Explicativas



- da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, os quais contribuíram para uma redução tarifária de 7,28%.

### 27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$54.937 no período de janeiro a setembro de 2017 (R\$116.741 no mesmo período de 2016);
- compensação de CDE: compensação entre os valores a pagar e a receber no montante de R\$974.680 no período de janeiro a setembro de 2017 (R\$761.145 no mesmo período de 2016).

## **Notas Explicativas**

## Notas Explicativas



(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**  
Diretor Presidente

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**  
Diretor Vice-Presidente, interina e  
cumulativamente

**Adézio de Almeida Lima**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**José de Araújo Lins Neto**  
Diretor de Gestão Empresarial

**Dimas Costa**  
Diretor Comercial

**José Maria Rabelo**  
Diretor de Desenvolvimento de  
Negócios

**Thiago de Azevedo Camargo**  
Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Luciano de Araújo Ferraz**  
Diretor Jurídico

**Ronaldo Gomes de Abreu**  
Diretor de Distribuição e  
Comercialização, interinamente

**Franklin Moreira Gonçalves**  
Diretoria sem denominação específica

**Maura Galuppo Botelho Martins**  
Diretora de Relações e Recursos  
Humanos

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Leonardo Felipe Mesquita**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG 85.260

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

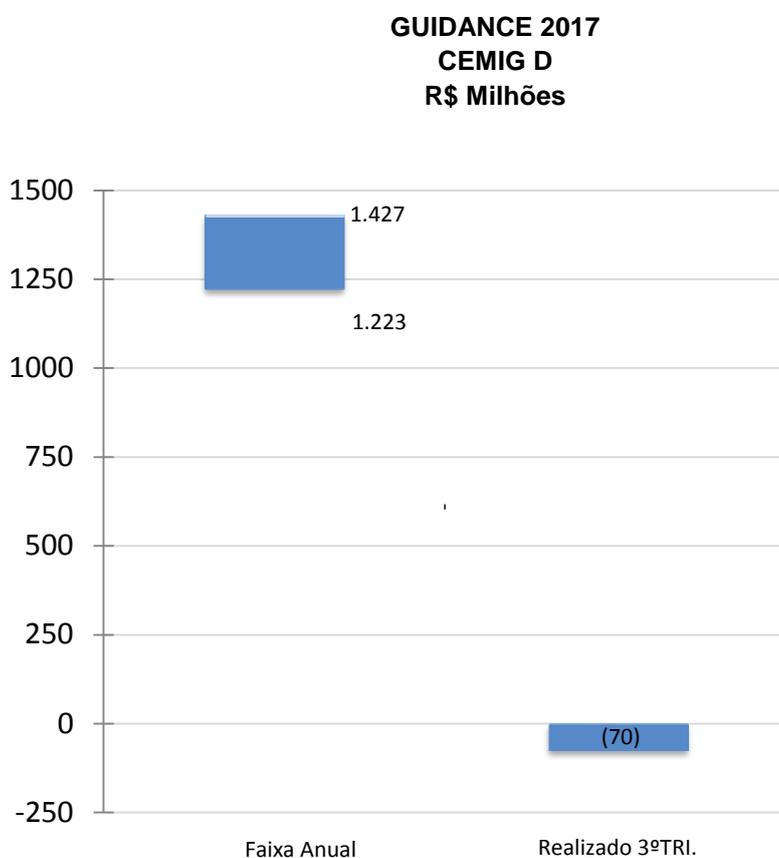
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

INSTRUÇÃO CVM 480/09

### Projeções GUIDANCE 2017

#### Acompanhamento e análise das projeções de LAJIDA divulgadas x resultados verificados

O LAJIDA realizado pela Cemig Distribuição, acumulado até o 3º trimestre de 2017, está situado da seguinte forma em relação à faixa anual projetada no Guidance para 2017.



Importante: os valores acumulados de LAJIDA realizados até o 3º trimestre não podem ser considerados como tendência para projeção do resultado anual em função de questões sazonais inerentes ao negócio.

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Os principais fatores que impactaram negativamente os resultados do ano, contribuindo para uma menor realização do LAJIDA, são os seguintes:

- Aderência pela Cemig ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre, no valor de R\$ 558 milhões. As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015.
- Ajuste nos valores realizados de CVA, relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2017, em função de diferença de estimativas e premissas regulatórias,
- Aumento de R\$ 52 milhões no valor com despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, impactado pelo maior número de adesões em relação ao projetado.
- Constituição de provisão trabalhista superior em R\$ 102 milhões ao valor projetado no Guidance, decorrente das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações cujo objeto são horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar, e recálculo de pensões de aposentadoria complementar pela Forluz e ajustes salariais.
- Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD superior em R\$ 27 milhões ao valor projetado no Guidance, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.
- Redução de 3,6%, até setembro, no volume de energia vendida.
- Redução de 4,8% na energia vendida para o segmento industrial, devido à migração de unidades consumidoras do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia, ocorrida ao longo do período, e do ritmo de recuperação da atividade produtiva abaixo da expectativa considerada na projeção de mercado.

Fontes:

Guidance Anual Cemig / Demonstrações Financeiras Padronizadas

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo – PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

14/11/2017

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig Distribuição S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras em 11 de abril de 2017 sem modificação e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 2.3, foram anteriormente foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 14 de novembro de 2017, sem modificação.

Belo Horizonte (MG), 14 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA022650/O-0

=====

=====  
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

CEMIG Distribuição S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias correspondentes da CEMIG Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. Essas informações correspondentes estão sendo apresentadas para fins de comparação no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Responsabilidade da Administração sobre as informações

contábeis intermediárias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações contábeis

intermediárias correspondentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias correspondentes

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias correspondentes incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Em 11 de novembro de 2016, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as informações correspondentes anteriormente referidas foram alteradas em relação àquelas informações contábeis intermediárias anteriormente divulgadas relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 pelas razões mencionadas na referida nota explicativa nº 2. Nossa conclusão está limitada às informações correspondentes anteriormente referidas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. A presente conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações correspondentes sobre a demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas à demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas informações correspondentes, ajustadas para contemplar os ajustes descritos na nota explicativa nº 2, foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias correspondentes tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marcelo Salvador

Audidores Independentes                      Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG CRC nº 1 MG 089422/O-0